

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA BRASILEIRA¹

THE EVOLUTION OF
BRAZILIAN FAMILIES

LA EVOLUCIÓN HISTÓRICA DE LA
FAMILIA BRASILEÑA

Paula Cambraia de Mendonça Vianna²
Sônia Barros³

RESUMO

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a evolução histórica da família brasileira, procurando contextualizar suas formas de organização social, política, econômica e cultural, desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais.

Palavras-Chave: Família; História; Brasil; Organização Social

ABSTRACT

This study is a review of the literature on the evolution of Brazilian families. It also contextualizes their forms of social, political, economic and cultural organization, since the discovery of Brazil until today.

Key-Words: Family; History; Brazil; Social Organization.

RESUMEN

Este estudio incluye una revisión bibliográfica de la evolución histórica de la familia brasileña e intenta contextualizar sus formas de organización social, política, económica y cultural desde el descubrimiento de Brasil hasta hoy.

Palabras Clave: Familia; Historia; Brasil; Organización Social

¹ Este artigo faz parte da tese de Doutorado de Paula Cambraia de Mendonça Vianna, realizada na Escola de Enfermagem/USP, no período de 1999 a 2002.

² Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem/USP. Professora da Escola de Enfermagem/UFMG. E-mail: paulacambraia@bol.com.br

³ Doutora em Enfermagem. Professora da Escola de Enfermagem/USP. E-mail: sobarros@usp.br

Endereço para correspondência: Av. Alfredo Balena, 190, sala 600. Cep: 30.130-100. Belo Horizonte-MG

INTRODUÇÃO

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram a terra e o homem em estado bruto. Seus habitantes dormiam em redes ou no chão, viviam da caça e da pesca, plantavam pequenas lavouras, andavam nus. Não havia riquezas minerais disponíveis para um intercuro comercial vantajoso, ao contrário das expedições realizadas ao Oriente onde era abundante o comércio de especiarias e de pedras preciosas. Em terras brasileiras, a única possibilidade de fortuna seria a exploração agrária e o povoamento regular.

No início da colonização formou-se, no Brasil, uma sociedade de estrutura agrária, escravocrata na técnica de exploração econômica, mestiça de índio, de portugueses e, mais tarde de negro, em sua composição.⁽¹⁾

Os índios sofreram, com a colonização, um enorme impacto em sua vida social, econômica e cultural desfazendo o equilíbrio nas relações do homem com a natureza. Os portugueses e, sobretudo, os jesuítas não aceitavam os valores e costumes indígenas, pois feriam a moral católica e as normas da Igreja.

Freyre⁽¹⁾ aponta, de acordo com o quadro organizado pelo antropólogo inglês Pitt-Rivers sobre as influências malélicas do contato de raças em diferentes níveis de desenvolvimento, alguns fatores responsáveis pela degradação da raça e da cultura indígena no Brasil:

- a concentração dos índios em grandes aldeias. Acostumados com a vida dispersa e nômade, os índios não se habituaram às grandes concentrações e a sedentariedade absoluta;
- o vestuário europeu;
- a segregação dos índios nas plantações;
- o obstáculo ao casamento à moda indígena;
- a aplicação da legislação penal européia a supostos crimes de fornicação;
- a abolição de guerras entre as tribos;
- a abolição da poligamia;
- o aumento da mortalidade infantil devido às novas condições de vida impostas pelos colonizadores;
- a abolição do sistema comunal e da autoridade dos chefes e dos pajés.

Entre os índios, os homens eram responsáveis pelas atividades da caça, da pesca, do remo e da guerra. As mulheres plantavam pequenas lavouras de mandioca, cará, milho, jerimum, amendoim e mamão; buscavam água nos riachos; cuidavam das crianças; preparavam a comida; e produziam o necessário à vida e ao conforto comuns.

Os animais domesticados pelo índio não eram utilizados no serviço doméstico e nem no transporte de cargas, que era feito no dorso do homem e, principalmente, da mulher.

A poligamia era difundida e não só os chefes mas, também, os fortes e os que podiam manter família grande casavam-se com várias mulheres. As relações incestuosas eram freqüentes e o parentesco verdadeiro se dava por parte de pai pois a mãe servia apenas para gerar a criança.

A adaptação da mulher indígena aos costumes portugueses aconteceu mais facilmente devido a sua maior

estabilidade entre os povos nômades. Ao contrário, o índio não se adaptou ao trabalho agrícola, mas foi o grande companheiro do português na obra de conquista dos sertões e defesa da colônia, servindo como guia, canoeiro, guerreiro, caçador e pescador.

Devemos considerar a mulher indígena como a base física da família brasileira e, também, um valioso elemento de cultura. Ela nos enriqueceu com seus alimentos, drogas e remédios caseiros, utensílios de cozinha, higiene diária, rede e óleo para o cabelo.

O negro com seu temperamento extrovertido, alegre, ágil vem substituir o índio moroso e introvertido na lavoura, na casa-grande e no serviço doméstico. Segundo Freyre⁽¹⁾, "no caso dos negros, comparados com os indígenas do Brasil, pode-se talvez atribuir parte de sua superioridade de eficiência econômica e eugênica ao regime alimentar mais equilibrado e rico que o dos outros, povos ainda nômades, sem agricultura regular nem criação de gado".

O português não trouxe da África apenas os negros dos canaviais e cafezais. Vieram, também, as "donas de casa" para os colonos sem mulher branca, técnicos para as minas, artífices em ferros, entendidos na criação de gado e na indústria pastoril, comerciantes, mestres e sacerdotes. Para os comerciantes portugueses que massacraram essa cultura milenar, a África representava apenas um lugar onde homens negros eram caçados.

"Sempre que considerarmos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos...O negro nos aparece no Brasil, através de toda a nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi o instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre moveção".⁽¹⁾

A cultura africana contagiou e enriqueceu a cultura brasileira através do grande número de escravos e da freqüente comunicação com os portos africanos. O negro trouxe para a nossa cultura a ternura, a mímica excessiva, a música, a dança, a comida, o canto de ninar menino pequeno.

As histórias e as músicas portuguesas foram modificadas pelas negras e amas-de-leite. Tornavam-se ora mais ternas, ora mais assustadoras e o universo do menino brasileiro passou a ser povoado por lendas, assombrações e cantigas indígenas, negras e portuguesas. "A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles...O 'dói' dos grandes tornou-se o 'dodói' dos meninos. Palavra muito mais dengosa".⁽¹⁾

Entretanto, apesar de tudo que o negro trouxe de positivo para a cultura brasileira, ele foi tratado sempre como um objeto, uma mercadoria pelo povo português, pois até o cuidado que lhes era dispensado deve ser entendido como zelo, pelo capital que representava. Como cita Holanda^(2:54) "chega-me a parecer que [os] criam como se criam as pombas para ir ao mercado".

O jesuíta Antonil, citado por Del Priore e Venâncio^(3:63), alertou os senhores de engenho quanto

ao grau de violência que devia ser destinado ao negro: "Aos feitores, de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com paus nos escravos porque na cólera não se medem os golpes, e pode ferir na cabeça um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro e perdê-lo".

Alguns fatores favoreceram a colonização portuguesa nos trópicos. Nenhum outro povo colonizador demonstrou tamanha miscibilidade e aclimatibilidade como o português. Povo indefinido entre a Europa e a África, herdou dos dois continentes características bastante peculiares, aproveitaram-se da gente nativa e principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como um elemento fundamental de formação da família.⁽¹⁾

Para esse autor, o português "não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com mulher de cor. Pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele ao clima tropical".⁽¹⁾

Diferentemente da colonização em outros locais da América, os portugueses foram os primeiros europeus a se estabelecerem verdadeiramente nas colônias e, para isso, alguns deles venderam o que possuíam em Portugal e mudaram-se com suas famílias para as novas terras.

Segundo Freyre⁽¹⁾, "a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar". A colonização por indivíduos, entre eles, aventureiros, degredados, cristãos novos, quase que não deixou traços na economia brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Os legados indígena, africano e português foram de vital importância para a formação e organização da família brasileira. Segundo Samara⁽⁴⁾, "a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência".

Esse tipo de família era característico das lavouras canavieiras do Nordeste e tinha uma estrutura bastante complexa. Ligados ao núcleo central, dono da casa, mulher e prole legítima, encontravam pessoas vinculadas ao proprietário por laços de parentesco, trabalho ou amizade. O patriarca era o responsável pela preservação da linhagem e da honra familiar e sua autoridade era exercida sobre a mulher, os filhos e as demais pessoas que viviam no latifúndio, "sendo o núcleo doméstico para onde convergia a vida econômica, social e política".⁽⁴⁾

Contudo, nas cidades imperavam as famílias com estruturas mais simples e com poucos integrantes, em média entre um e quatro elementos. Entre as classes mais pobres da população, havia uma certa resistência ao casamento, associada geralmente à falta de recursos dos noivos e ao alto custo das despesas matrimoniais. Optavam por uniões ilegítimas, mesmo sob pena de serem recolhidos às cadeias e sentenciados pela Junta da Justiça. Os matrimônios eram "preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca. Esta, interessada na manutenção do prestígio e da estabilidade social, procurava limitar os casamentos mistos quanto a cor, assim como em desigualdade de nascimento, honra e riqueza".⁽⁴⁾ Nas famílias mais abastadas, esses fatores eram relevantes e os casamentos, muitas vezes, deixaram de acontecer por falta de cônjuges elegíveis. Essa falta de pretendentes estimulou a fusão dos grupos provocando alterações no quadro social brasileiro.

O pudor, a docilidade, a delicadeza, a graça, a beleza, a obediência e a submissão feminina eram os atributos desejados pela sociedade da época no que tange à mulher. Era papel da família desenvolver essas qualidades e existia, por parte dos pais, uma grande preocupação com a educação das filhas mulheres. Procuravam "incliná-las ao amor da pureza virginal; afastá-las da familiaridade de todo homem que não fosse irmão e das criadas e amigas pouco honestas: e incliná-las, desde cedo, ao louvor, ao rosário, à lição espiritual e à devoção à Virgem Maria".⁽⁵⁾

O casamento era, além da vida religiosa e do recolhimento, uma das poucas opções que restava à mulher e representava proteção e sobrevivência decente, pois era competência do marido zelar pelos bens e pela segurança da mulher e da prole. Em caso de morte dos pais, entre as responsabilidades impostas aos tutores, estava a de arranjar marido para as filhas mulheres.

A legalização das uniões dependia do consentimento paterno e o amor ocupava lugar de pouca importância nos casamentos. "Nos testamentos, são mais comuns as referências a estima, dedicação e gratidão do que realmente ao amor do casal. Carinho e amor são aspectos relevantes nos casamentos dos pobres e libertos. Talvez, por isso, se desfizessem, com facilidade, essas uniões. Os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir ou oferecer numa vida simples".⁽⁶⁾

As funções da mulher eram restritas ao âmbito doméstico, cuidando da casa e dos filhos. O homem pouco permanecia em casa e o seu tempo livre era gasto na rua, como hábito da época. "Quanto mais distante e inacessível, tanto mais autoridade possuía. Mulheres e filhos ouviam-no, de tempos em tempos, para obedecer. Não havia necessidade de contato permanente e prolongado para que a ordem, na residência colonial, produzisse seus efeitos. O medo à punição bastava".⁽⁷⁾

A casa era desvalorizada, havia pouco interesse do homem em torná-la mais atrativa e a mulher nada podia fazer sem o consentimento do marido. Essa desvalorização era traduzida, entre outras coisas, pela pobreza decorativa dos ambientes internos. Mesmo entre as famílias mais abastadas, havia poucos móveis, em geral, toscos

e mal-acabados. A riqueza era demonstrada através dos trajes, dos cavalos enfeitados de prata, do número de escravos e da extensão das terras.

A presença de escravos dentro das casas impedia o estabelecimento de uma maior aproximação entre os membros da família. Entretanto, o funcionamento da casa era inviável sem o braço escravo.

No que se refere à família escrava, vários fatores interferiram na sua formação. O tráfico negreiro privilegiava o transporte de homens em detrimento do transporte de mulheres e esse desequilíbrio numérico impedia que todos formassem famílias. O espaço social do escravo era restrito à propriedade do senhor. Dessa maneira, os escravos de pequenas propriedades encontravam grandes dificuldades em encontrar parceiras disponíveis. Nas grandes propriedades, onde o relacionamento com o proprietário era mais distante, os escravos tinham a possibilidade de decidir sobre suas próprias vidas, criando laços de união e afeto. Os negros preferiam não formalizar sua união perante a Igreja Católica, pois eram fiéis às crenças africanas e optavam por uniões balizadas por suas tradições. Existia, também, o receio de que o proprietário vendesse ou doasse separadamente pai, mãe e filhos escravos.

Contudo, a formação de famílias estáveis escravas foi uma realidade. Mesmo contra a vontade do senhor, os escravos se uniam e a formação de famílias atenuava o peso da escravidão. Os negros eram muitos afeiçoados às esposas e filhos e dentro das senzalas usufruíam o afeto e a liberdade que a escravidão lhes tirara.⁽⁸⁾

As crianças brancas eram, geralmente, cuidadas por escravas e pouco representavam afetivamente para os seus genitores. Recebiam castigos violentos por qualquer deslize, quando eram utilizadas as palmatórias, as varas de marmelo, os cipós, entre outros, e aprendiam que a obediência era a única maneira de escapar dos espancamentos. "Do ponto de vista da propriedade, a criança era um acessório supérfluo. Ao pai-proprietário interessava o filho adulto, com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família".⁽⁷⁾ Logo que entravam na adolescência, assumiam a postura de adultos e tornavam-se merecedores de maior atenção das famílias.

O índice de mortalidade infantil era alto em consequência, principalmente, da falta de cuidados dos adultos com as crianças. Atingia, indistintamente, filhos de ricos e pobres, de livres e cativos. Os "enterros de anjos" eram comuns nas cidades brasileiras, e as causas de morte eram decorrentes, principalmente, do mau tratamento do cordão umbilical, do vestuário impróprio, da alimentação inadequada, do desprezo dos adultos com as moléstias da 1ª infância, da falta de higiene, das más condições de habitação, da sífilis, do insucesso dos partos assistidos por parteiras e do despreparo das mulheres que casavam cedo e não estavam aptas para assumir o matrimônio e a procriação.⁽⁶⁾

Esperava-se que a mulher casada tivesse vários filhos e essa sucessão de partos contribuía, enormemente, para a sua decadência física e para o seu envelhecimento precoce. Vigiado pelos olhos atentos da Igreja, do Estado,

dos homens e da sociedade, o corpo da mulher não possuía outra tarefa senão a de preencher ordenadamente os vazios demográficos da colônia.⁽⁵⁾

Até meados do século XVIII, as ações dirigidas à saúde da população eram precárias e a ausência de médicos era uma constante. Como era proibido o ensino superior nas colônias, os médicos vinham de Portugal em número escasso e mostravam dificuldades de serem eficientes longe dos remédios europeus e, também, pelo desconhecimento da flora local. Nos hospitais, a presença dos médicos não era diária e a assistência aos enfermos era competência e tarefa dos religiosos: são eles os enfermeiros dos hospitais coloniais.⁽⁹⁾ Com a presença da Corte, no Rio de Janeiro, esse caos sanitário deveria ser controlado, principalmente devido aos surtos epidêmicos e à taxa de mortalidade elevada.

A chegada ao Brasil da Corte Portuguesa e mais cerca de 15 mil pessoas, membros da Corte lusitana e da alta administração do Reino, em 1808, modificaram o perfil das famílias da época. Se, até então, a casa colonial era considerada como um local de reclusão, com poucos móveis e afastada do convívio social, com a vinda da família real novos hábitos são adquiridos. Móveis caros são comprados, as festas constantes representam prestígio social e a casa torna-se um local de convívio com a sociedade.

A exploração do ouro, empreendida desde o início do século XVIII, possibilitou o surgimento de uma elite colonial contrária aos interesses de Portugal e à sua extorsão econômica. Se, até então, o Reino pouco tinha se preocupado com o processo de ocupação e urbanização das terras brasileiras, com esse novo interesse econômico, Portugal investe no controle da cidade e da população em função dos interesses do Estado. Incapaz de conter o caos urbano através da polícia e da justiça, tornando as famílias aliadas do Estado, o governo lança mão da medicina e de sua política higiênica. "Idealmente, a família projetada pelos higienistas deixar-se-ia manipular acreditando-se respeitada; abandonaria antigos privilégios em troca de novos benefícios; regular-se-ia, tornando cada um dos seus membros agente da saúde individual e estatal. Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a medicina contornou as vicissitudes da lei, classificando as condutas lesa-Estado como antinaturais e anormais... a saúde e a prosperidade da família dependem da sua sujeição ao Estado".⁽⁷⁾ Essa política higiênica impôs à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, buscando exterminar a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais.

As crianças foram recolhidas aos internatos e submetidas às regras da política higiênica. Portanto, o novo homem, servil ao Estado, começaria a ser criado dentro desses colégios, longe da influência e dos maus costumes das famílias.

A família amorosa, criada pela higiene, preocupava-se agora com o bem-estar, desenvolvimento e educação de sua prole, com o amor entre o homem e a mulher e transformou o patriarca no homem responsável pela subsistência da família, pela reprodução da raça e pela valorização do patriotismo da sociedade.⁽⁵⁾ Cabia à mu-

lher, a responsabilidade pelos afazeres domésticos e a assistência moral à família.

Entretanto, o papel da mulher no Brasil do século XIX não foi somente de submissão. Não são raros os exemplos de mulheres que geriram o patrimônio da família na ausência do marido ou viuvez, trabalharam na agricultura e nas pequenas manufaturas domésticas, contribuindo para o sustento da casa. Esse papel, porém, era limitado, face à manutenção dos privilégios masculinos.⁽⁶⁾

Para Corrêa⁽¹⁰⁾, a organização familiar no Brasil conta-se com a história da família patriarcal, em que seus personagens se substituem no decorrer das gerações, onde nada ameaça sua hegemonia e os clãs asseguram a indivisibilidade de seu poder. A decadência desta forma de organização acontece com "o advento da industrialização e com a ruína das grandes propriedades rurais, sendo então substituída pela família conjugal moderna." Para esta autora, este tipo de família é típico produto da urbanização e seus membros se reduzem ao casal e aos filhos. Buscam não mais a manutenção da propriedade mas se unem pela satisfação dos impulsos sexuais e afetivos.

A função de assegurar a sobrevivência da família, antes responsabilidade do patriarca, é dividida, então, entre os seus membros.

Se a função econômica passa a ser dividida, as responsabilidades administrativas e afetivas do cotidiano de cada família também o são. Cuidar passa a ser função de todos. A família, como instituição, passa a ser "um agente ativo, capaz de promover mudança social e de facilitar a adaptação de seus membros a novas condições econômicas e sociais".⁽¹²⁾ Corroborando com essa citação, Melman⁽¹¹⁾ nos traz que "a família como forma de organização social, em seu percurso histórico e social, sempre conseguiu adaptar-se às necessidades e vicissitudes das épocas, modificando suas funções por meio de processos de flutuação das normas sociais e de seus valores".

A família conjugal moderna sofre as conseqüências da educação higiênica do século XIX. Costa^(7:16) afirma que "o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulação política da vida dos indivíduos que, até hoje, vem se tornando eficiente". A família passa a ser o lugar primeiro de qualquer forma de intervenção que solidifique os valores político-ideológicos dominantes.

Essa família abdicou dos antigos laços de parentesco e valores que a mantinham protegida dos perigos externos, sem conseguir criar algo que os pudesse substituir. O núcleo familiar, formado por pais e filhos, tornou-se frágil e, muitas vezes, ineficaz para suportar as necessidades impostas pelos seus membros. A casa tornou-se espaço de disputa e luta entre sexos e gerações. "A independência reclamada pelos adultos implica o abandono das crianças; a autonomia dos filhos, no cerceamento da liberdade dos pais; a emancipação da mulher, em atritos com o poder do homem"^(7:11). Esse afrouxamento dos laços familiares fez com que a família renunciasse a resolver seus próprios problemas, recorrendo, cada vez

mais, à ajuda de especialistas, em busca de soluções para os seus males domésticos.

Os pais, dominados pela culpa da ausência e pela sensação de desamparo aos filhos, nutrem-se de uma busca incessante pelo melhor que a eles pode ser dado. Cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobre-humano, pois os pais nunca estão certos e seguros do que sentem e fazem.

Se na educação higiênica a solução para o cuidado e educação das crianças se encontrava nos internatos, no mundo atual a solução se encontra nas mãos de especialistas, nas aulas particulares, na agenda cheia das crianças.

É pelo excesso de atividades que a família pouco se vê, pouco se confronta. Regulada pelo social, a família moderna perde o que tem de mais íntimo, mais caro, ou seja, tornar-se um porto seguro contra as pressões do mundo exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de estudos sobre a família para a compreensão da estrutura das sociedades nos levou a analisar de forma particular a organização social, política, econômica e cultural da família brasileira. Foi através da miscigenação das raças e da importação de seus costumes e tradições que se encontrou o pilar estruturante de nossa sociedade. O modelo patriarcal dominou a sociedade colonial e grande parte da república. Hoje, entretanto, convivemos com um novo tipo de família, estruturado não mais para a manutenção da propriedade e do pátrio poder mas para a satisfação dos impulsos afetivos e sexuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Freyre G. Casa-grande e senzala. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record; 2000.
- 2 - Holanda SB. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- 3 - Del Priore M, Venâncio RP. O livro de ouro da história do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro; 2001.
- 4 - Samara EM. A família brasileira. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense; 1993.
- 5 - Nascimento ES, Medina AVA, Teixeira CDL. O corpo da mulher no período colonial: algumas reflexões. Revista Mineira de Enfermagem 1998; 2 (1): 14-21.
- 6 - Samara EM. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero; 1989.
- 7 - Costa JF. Ordem médica e norma familiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 1989.
- 8 - Neves MFR. A família escrava brasileira no século XIX. Rev Bras Cresc Des Hum 1994; 4(1): 59-70.
- 9 - Machado R. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal; 1978.
- 10 - Corrêa M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: Arantes, AA; Feldman-Bianco B, Brandão, CR, Corrêa, M, Slenes, R, Kofes, S et al. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP; 1994. p.15-37.
- 11 - Melman J. Representando o cuidado em relação aos familiares de pacientes com transtorno mental [dissertação] São Paulo (SP): Faculdade de Medicina da USP; 1998.
- 12 - Bianco BF. Capitalismo e família. In: Arantes, AA, Feldman-Bianco B, Brandão, CR, Corrêa, M, Slenes, R, Kofes, S et al. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP; 1994. p.161-183.

Recebido em: 12/04/2004

Aprovado em: 25/11/2004